

CAMPANHA DE MOBILIZAÇÃO PARA A GREVE GERAL

Bons motivos para entrar em greve

Sugestões para as reuniões nas unidades

Explicar que a assembleia deverá votar SIM ou NÃO à proposta de greve geral da categoria por tempo indeterminado, com início em 04 de abril de 2017, e que o resultado desta assembleia irá se somar aos resultados das outras assembleias das demais unidades, para decidirmos coletivamente se a categoria entra ou não em greve.

Os motivos da greve são:

Arrocho salarial - A falta de reajuste salarial em 2014, 2015 e 2016 é questão central. Reivindicamos 32,34% para repor estes três anos sem reajuste e compensar a inflação deste ano.

Situação dos administrativos - Além da reposição inflacionária para todos, queremos um abono para os técnico-administrativos, com a incorporação aos vencimentos, a fim de recuperar as perdas específicas deste segmento. Com este abono, a intenção é equiparar os pisos à Unesp, uma vez que o Centro ainda é vinculado à Universidade. Também continua vigente a reivindicação de que o governo cumpra a Lei 1.080/2008 (que rege os administrativos do estado). Em relação a isso, vale lembrar que, após muita insistência do Sinteps, em 2016 a Superintendência concordou em enviar uma proposta de projeto de lei (elaborada pelo Sindicato) ao governo. Atualmente (março/2017), o projeto encontra-se parado na Secretaria de Planejamento e Gestão, de onde deve seguir para a canetada final do governador, que é quem tem a prerrogativa de mandá-lo para aprovação final na Alesp. O mesmo vale para o projeto de lei (elaborado pelo Sinteps), que estende o enquadramento especial por titulação aos técnico-administrativos e auxiliares docentes.

Benefícios – Queremos a implantação do Plano de Saúde institucional (conquistado na carreira em 2014, mas condicionado à existência de recursos); o auxílio alimentação de R\$ 850,00 para todos (além do ‘vale coxinha’); o auxílio creche (valor de mercado); o auxílio combustível igual ao vale transporte; a licença maternidade de 180 dias para todas, entre outros.

Revisão da Carreira implantada em 2014, nos seguintes itens:

- Enquadramento por titulação em 2017 para auxiliares de docente e técnico-administrativos;
- Instituição do 3º nível para as funções de escolaridade de nível Básico;
- Implantação da jornada para os docentes (10, 20, 30 e 40 horas);
- Fim das avaliações de desempenho, com respeito à antiguidade – de 2 em 2 anos;
- Fim do interstício para as titulações e respeito à lei da carreira;
- Política salarial: retorno da aplicação dos índices de reajuste salarial definidos pelo Cruesp;
- Respeito à Sexta-Parte;

- Aumento das letras em função da existência de trabalhadores com mais de 30 anos de serviço;
- Aumento das referências para todas as tabelas, de modo a garantir as titulações de doutorado (ETECs), mestrado (administrativos e auxiliares docentes) e pós-doutorado (FATECs).

Só a luta traz conquista

Lembrar que as outras greves que fizemos foram vitoriosas:

- A greve de 2000 manteve o vínculo com a Unesp e viabilizou a primeira vitória no processo dos reajustes do Cruesp, possibilitando ainda a nossa ação de isonomia (muitas ações já resultaram em valores mensais nos pagamentos dos trabalhadores);
- Na greve de 2004, tivemos o reajuste de 10% e em 2005, sem greve, mas como fruto da mobilização e das negociações tivemos mais 20% para professores e 11% para funcionários;
- Na greve de 2011, após 5 anos seguidos sem reajuste (e sem greve) conquistamos 11% para todos, além de 24% para as faixas iniciais de docentes e auxiliares docentes e até 37% para alguns cargos administrativos;
- Na greve de 2014, conquistamos nossa carreira, a primeira com estrutura vertical e horizontal em mais de 40 anos do Ceeteps, além de uma significativa recuperação dos salários para o pessoal mais antigo de casa, previsão de plano de saúde institucional; ajuda de custo para os trabalhadores de classes descentralizadas; licença-prêmio em pecúnia para os autárquicos, promoção especial por titulação (sem avaliação de mérito e sem interstício em 2016) e ainda os 30% de hora atividade para docentes de ETECs, também em 2016.

A greve é um direito do trabalhador e devem participar das discussões e votação todos os trabalhadores que compõem a categoria, independente de filiação ao Sindicato. Apesar do corte do ponto na última greve (e em 2000 também), ao final de todas as greves nenhum trabalhador que aderiu teve prejuízos funcionais. O efetivo exercício foi garantido nas negociações, com a reposição dos dias parados e os salários e benefícios foram pagos. Ou seja, a história de nossa categoria mostra que apenas com a greve é que obtivemos conquistas. E, ao que tudo indica, nesta data-base não será diferente.

Pense, reflita, discuta com os trabalhadores da sua unidade. Participe das assembleias setoriais e posicione-se!